Ñanduty
ISSN:2317-8590

INTERLOCUÇÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PELA BIOPOLÍTICA EM FOUCAULT

INTERLOCUTIONS OF YOUTH AND ADULT EDUCATION THROUGH BIOPOLITICS IN FOUCAULT

Dayana Oliveira Arruda (PPGEDU/FAED/UFMS) - dayanaarruda@gmail.com

Antônio Carlos do Nascimento Osório (PPGEdu e PPGPsi/UFMS) - antonio.osorio@ufms.br

Carlos Igor Oliveira Jitsumori (PPGEDU/FAED/UFMS) - onixs21@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões e interfaces conceituais para pensar a educação de jovens e adultos enquanto estratégia de escolarização configurada e historicamente legitimada no jogo de suas práticas efetivas e discursos, como via de controle e correção individual e social de sujeitos em descompassos no que tange a processos e níveis de escolaridade. As considerações engendram subsídios teóricos que compõem a pesquisa intitulada “efeitos da educação de jovens e adultos: discursos e práticas como jogos de verdade”, cuja extensão dos objetivos visa identificar implicações da educação de jovens e adultos na perspectiva de egressos desta modalidade, de uma escola da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (REE/MS), localizada no município de Campo Grande/MS; estudo vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEDU/FAED/UFMS). Utilizando da genealogia como eixo dos referenciais foucaultianos atinentes às redes intricadas de saberes, poderes, oposições e lutas, e com base nas formulações analíticas circunscritas à biopolítica enquanto estatização e organização da vida, correlacionamos como dinâmicas intrínsecas à educação de jovens e adultos, técnicas de regulamentação dispostas em (des)contínuas abrangências que por sua vez, caracterizam e esquadrinham os sujeitos em suas disposições, comportamentos e condições de existência, como alvos imediatos destas práticas e discursos, em face da escolarização de jovens e adultos e suas prerrogativas. À guisa conclusões, vislumbramos esta modalidade de ensino como dispositivo que em seus interesses e propósitos institucionais, forjam relações que instituem e aprimoram mecanismos de regulamentações de toda ordem e em todos os âmbitos da vida dos sujeitos que a ela recorrem por diferentes fatores, urgências e demandas, sendo continuamente examinados, classificados e constitutivos de descompassos que ultrapassam processos de escolarização ou ausência de certos níveis de escolaridade – espaços e tempos que corroboram desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS; DISPOSITIVO; BIOPOLÍTICA.

ABSTRACT

This article presents reflections and conceptual interfaces to think the education of young people and adults as a strategy of schooling configured and historically legitimized in the game of their effective practices and discourses, as a means of control and individual and social correction of subjects in disagreements with regard to processes and levels of education. The considerations engender theoretical subsidies that make up the research entitled "effects of the education of young people and adults: discourses and practices as games of truth", whose extension of the objectives aims to identify implications of the education of young people and adults in the perspective of graduates of this modality, from a school of the state education network of Mato Grosso do Sul (REE/MS), located in the city of Campo Grande/MS; study linked to the

Ñanduty
ISSN:2317-8590

Graduate Program in Education of the Faculty of Education, Federal University of Mato Grosso do Sul (PPGEDU/FAED/UFMS). Using genealogy as the axis of foucauldian referentials related to the intricate networks of knowledge, powers, oppositions and struggles, and based on the analytical formulations circumscribed to biopolitics while nationalization and organization of life, we correlate as intrinsic dynamics to the education of young people and adults, regulation techniques arranged in (dis)continuous comprehensiveness that, in turn, characterize and scrutinize the subjects in their dispositions, behaviors and conditions of existence, as immediate targets of these practices and discourses, in view of the schooling of young people and adults and their prerogatives. By way of conclusions, we glimpse this teaching modality as a device that in its interests and institutional purposes, forge relationships that institute and improve mechanisms of regulations of all kinds and in all areas of the lives of subjects who resort to it by different factors, urgencies and demands, being continuously examined, classified and constitutive of mismatches that overcome processes of schooling or absence of certain levels of education – spaces and times that corroborate social inequalities.

KEY-WORDS: YOUTH AND ADULT EDUCATION; DEVICE; BIOPOLITICS.

INTRODUÇÃO

A educação de jovens e adultos é configurada por uma série de discursos e operatividades históricas, sociais, políticas e culturais ajustadas por estratégias aligeiradas de caráter compensatório no âmbito do direito universal à educação escolar, direcionadas a determinados sujeitos em diferentes descompassos, principalmente no que tange à idade *versus* níveis de escolaridade, entre outros desajustes relacionados a processos inconclusivos de ensino e aprendizado, isto é, realidades em seus contextos, sentidos e significados que divergem ao que preconizam as normativas educacionais vigentes em favor da escolarização na idade certa.

Operacionalizadas em tempos, espaços e por intermédio de circunstâncias próprias, de abrangências, orientações, formatos e dimensões pedagógicas específicas, estas estratégias de escolarização caracterizam e adequam a educação de jovens e adultos como modalidade de ensino, cuja trajetória de institucionalidades ratificadas pelas políticas educacionais, abrange múltiplas instabilidades, lutas e resistências, de modo que podem constituir outras perspectivas intrínsecas aos seus movimentos, não observadas ou mesmo não apreendidas enquanto tais.

Perspectivas em suas relações e entendimentos decorrentes de leituras que possibilitam ressignificar análises de questões pragmáticas e circunscritas às finalidades e objetivos imediatos da mencionada modalidade de ensino enquanto tal, bem como o considerado necessário alcance da escolaridade básica, isto é, relações e tentativas de nexos que explicitam propósitos, interesses e marcas historicamente contidas destas

assim entendidas estratégias singulares de escolarização, em suas atribuições e movimentos para além do ratificado direito ao acesso, permanência, bem como de condições e garantias de conclusão da educação básica, da parte dos sujeitos que a ela recorrem.

Diante do intento por conjecturar elementos e subsídios conceituais profícuos para redimensionar a educação de jovens e adultos sob outras direções, postulados e racionalidades que atestem intersecções possíveis ao campo da pesquisa educacional no que tange à temática, este artigo tem como objetivo problematizar e promover aproximações a outras concepções, rupturas e deslocamentos acerca desta modalidade de ensino, no intuito de suscitar outros entendimentos, aspectos e processos constitutivos de seus discursos e práticas.

Para tanto, dispomos dos referenciais foucaultianos como embasamento epistemológico para o diálogo empreendido, essencialmente no que tange às noções e interfaces conceituais da biopolítica, cujas interpretações e análises inscrevem esquadrinhamentos e modos ininterruptos de controle e cerceamento institucional de toda parte, organizados pelas tecnologias de poder em função da vida dos sujeitos em suas dimensões e âmbitos possíveis. (FOUCAULT: 2010c). Quanto a tais possibilidades de rupturas intermediadas pela emergência de outros saberes, apropriações investigativas e vieses, ressaltamos em Foucault (2010b: 251):

> A teoria como caixa de ferramentas, quer dizer: - que se trata de construir não um sistema, mas um instrumento: uma lógica própria às relações de poder e às lutas que se engajam em torno deles; - que essa pesquisa só pode se fazer aos poucos, a partir de urna reflexão (necessariamente histórica em algumas de suas dimensões) sobre situações dadas.

Instrumentos de apreensão, análise e conformação de conjecturas não condicionados a esquemas sequenciais e lineares, mas ao contrário, efetivamente utilizados e aplicados nas considerações e apontamentos que seguem com o propósito de suscitar clarificações que visam problematizações e entrecruzamentos analíticos de uma realidade em constantes movimentos e transformações, neste caso, atinentes à educação de jovens e adultos.

Neste sentido, embora efetivamente não direcione, e menos ainda, estabeleça quaisquer formulações, soluções ou respostas a demandas, problemas e aspectos característicos da educação, bem como à heterogeneidade de finalidades e atribuições

desta, Foucault propicia formulações, pressupostos e ferramentas que ressignificam interpretações e leituras sobre a trama de relações, acontecimentos e dinâmicas dispostas no campo da educação.

Para Castro (2016), as formulações e abordagens foucaultianas a respeito da disciplina e suas correlações com as noções de corpo enquanto objeto e alvo imediato desta, possibilitam apreensões que atravessam os espaços e tempos constituídos e apropriados pela educação como *lócus* institucionalizado de controle social e individual, legitimado pela sociedade.

Considerando suas práticas como caracterizadas por certa regularidade e racionalidade, bem como seus efeitos na conformação de uma sociedade disciplinar, Foucault (2014b) elucida questões do complexo instituição-disciplina, sendo a primeira, considerada em seus esquemas e ciclos de repetição e aplicabilidade, como local, repartição, tempo e espaço de que se ocupa e onde são operacionalizadas disciplinaridades, e estas, por sua vez, entendidas como caminhos reais, instrumentos de exercícios efetivos de determinados poderes e saberes.

Conjunto estratégico de padronizações, códigos, normas e regramentos gerais de dominação e controle individual e social dados sob a recorrência de tecnologias de sujeição dos corpos, a disciplina tem como mote de suas operações, a relação considerada positiva de docilidade-utilidade, articuladas, adequadas e aprimoradas constantemente pelas instituições sociais, como ressalta Foucault (2014b: 137):

> Nessa grande tradição da eminência do detalhe viriam se localizar, sem dificuldade, todas as meticulosidades da educação cristã, da pedagogia escolar ou militar, de todas as formas, finalmente, de treinamento. Para o homem disciplinado, como para o verdadeiro crente, nenhum detalhe é indiferente, mas menos pelo sentido que nele se esconde que pela entrada que aí encontra o poder que quer apanhá-lo.

Pensar a educação pelos referenciais foucaultianos especialmente a partir de suas ferramentas analíticas a respeito da disciplina e suas correspondências ao corpo como ressalta Castro (2016), implica a possibilidade de apropriação de outras leituras em Foucault e assim, de desmistificar a educação neste jogo muitas vezes sutil de práticas de disciplinarização, em suas diferentes instâncias, formatos e possibilidades de interveniências, visando inculcar ajustamentos de disposições e comportamentos, que efetivamente sejam regulados e adequados aos diversos espaços que os sujeitos ocupam

– devidamente instruídos, adestrados, disciplinarizados, e em consonância, atravessados por codificações e decodificações de toda ordem – são modos estratégicos de educar, e assim, de gerenciar diferenças e individualidades.

Diante disto, delineamos a educação de jovens e adultos como base das interlocuções realizadas não apenas e tão somente como campo de pesquisa estabelecido e ajustado para reflexões e correlações pelos domínios e interfaces da biopolítica, mas por esta modalidade de ensino abarcar traços de suas políticas, discursos e ações, de aperfeiçoamento e adequação contínuas das ininterruptas tecnologias de controle e disciplinamento, como mencionado.

Singularidade educativa apreendida, sobretudo, na perspectiva de um campo histórico, político e social amplo e ao mesmo tempo constituinte e diversificado de atribuições e propósitos no âmbito das políticas, discursos e práticas sociais e culturais, considerado esteio institucionalizado de seletividade e de correção individual e coletiva, base de marginalizações múltiplas e de aprimoramento de saberes e de poderes.

Ressaltamos ainda, como mote das considerações empreendidas neste texto, que os significados desencadeados pela problematização enquanto instrumental especulativo amplo, clarificam uma tarefa fundamental de resgatar, questionar e exaurir as condições de existência de operacionalidades sociais e culturais, enquanto objetos de reflexão e análise, por intermédio da qual tencionamos perspectivas e enfoques no que tange à educação de jovens e adultos.

Configurado como embasamento de cunho analítico e problematizador, portanto, propomos intersecções para além de abordagens circunstanciais ao arcabouço histórico de leis, planos e prescrições normativas, no intuito de provocar desconstruções e outras concepções à educação de jovens e adultos por atravessamentos da biopolítica. (FOUCAULT: 2010c).

Conjecturas ao jogo de saberes e de poderes estruturados e necessariamente organizados em torno da vida, dos sujeitos como seres em movimento e constante atividade, dos fenômenos e acontecimentos tangenciados pelo alcance da escolaridade, na medida em que os mesmos quando vinculados a práticas e discursos da educação de jovens e adultos por diferentes fatores e imperativos, são cotidianamente implicados como objetos de interveniências singulares do campo, alvos salutares e imediatos de práticas refletidas de governo.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ALGUNS DISCURSOS

Impulsionado pelos efeitos das transformações econômicas, políticas e culturais que marcam os séculos XVIII e XIX, e em face da produção sistematizada de conhecimentos científicos que conformam as relações em função de uma nova racionalidade voltada principalmente ao funcionamento das instituições como modos de controle e seletividade, as contribuições de Michel Foucault assinalam problematizações e provocações que coadunam elementos substanciais para pensar e entender o sujeito como constituinte e assim, inevitavelmente forjado pela de relações em emergência e seus processos – interveniências determinadas pelo que o autor denomina, estabelece e ajusta a outras conexões ao longo de sua produção, como disciplinarização dos corpos. (FOUCAULT: 2014b).

Os referenciais foucaultianos configuram, portanto, um conjunto multifacetado de ferramentas analíticas referendadas por constantes modificações de abordagens, prismas e perspectivas, na medida em que se propõe a desmistificar verdades prontas e modelos tradicionais de análise e investigação científicas, principalmente no que concerne às certezas de cunho filosófico e suas definições a priori, bem como explicações causais estruturadas pelas ciências humanas e sociais em diferentes disciplinas e campos do conhecimento.

Quanto à consolidação dos discursos enquanto eixo trabalhado para pensar interlocuções da educação de jovens e adultos como estratégia aprimorada de regulamentação individual e social dos sujeitos, Foucault (2014a) situa e ao mesmo tempo flexibiliza sua emergência pela constituição de regras e determinantes que o vinculam e condicionam como tal à materialidade estratégica das relações pela noção de descontinuidade. Caracterizado sob diferentes modos e expressividades, em campos e domínios específicos, a disposição e regularidade dos discursos corroboram enunciados, signos, bem como demais produções e produtos que jogam num mesmo sistema de articulação e formação.

Neste sentido e no que tange às configurações próprias às esferas da educação, seus arranjos e movimentos sempre dinamizados pelos acontecimentos sociais e principalmente, de ordem cultural, vislumbramos a existência de um conjunto de

suportes institucionais forjados em rede que estabelecem, selecionam, classificam, distribuem e reproduzem determinadas verdades que por sua vez, se ajustam e adequam a diferentes tempos e espaços, conforme ressalta Foucault (2014a: 41):

> A educação embora seja de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, é bem sabido que segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

Entendemos desse modo, que a apropriação de conhecimentos sistematizados e também institucionalizados, a priori assimilados nos espaços escolares enquanto atribuição destes como meio legitimado em vistas à formação escolar (obrigatória) dos sujeitos, corresponde à condição estrita e considerada necessária para uma vida produtiva, cujo eixo intrínseco é a empregabilidade e a renda enquanto demandas permanentes de tais sujeitos, dadas as condições de precariedade que ultrapassam os processos de formação escolar em seus distintos âmbitos, tempos e dimensões da vida, bem como pela amplitude e necessidade de inserções sociais.

Situada nos meandros do discurso em termos de arranjos e adequações em face de limites institucionalmente estabelecidos, a educação de jovens e adultos circunscreve um conjunto multifacetado de proposições e políticas de cunho educacional das quais emergem sistemas, programas e práticas formais e não formais de acesso, permanência e conclusão da escolaridade básica pela possibilidade de aquisição ou complementação de conhecimentos, habilidades e competências basilares, por sujeitos em descompassos no que concerne, sobretudo, a processos elementares de ensino e aprendizado. (RIBEIRO: 2014).

Operacionalizada num arcabouço fundamentalmente institucionalizado de estratégias de escolarização em termos de tentativas recorrentes de compasso à histórica e progressiva organização do sistema nacional de educação escolar, a chamada educação de jovens e adultos conforma e ajusta dinâmicas que se estruturam e desestruturam a propósitos, interesses e agendas governamentais específicas. (HADDAD, DI PIERRO: 2000; MACHADO: 2016).

A partir dos anos de 1990, período de latente reordenamento e expansão em âmbito nacional, de políticas sociais e em decorrência, das instituições públicas e suas

respectivas atribuições e domínios em face de demandas e necessidades populacionais em evidência pelos desdobramentos de conflitos e contradições como efeitos do neoliberalismo – vislumbramos movimentos que estabeleceram prerrogativas constitucionais à educação escolar pública em seus diferentes níveis, etapas, modalidades.

Internacionalmente ratificada como marco político-conceitual e parâmetro de orientações e diretivas em vistas ao estabelecimento de ações e práticas respaldadas pelo direito universal à educação de base, a Declaração de Hamburgo e Agenda para o Futuro (UNESCO, 1999: 19) – produto da V Conferência Internacional de Educação de Adultos realizada em 1997 em Hamburgo, na Alemanha – preconiza a educação de adultos como processo, na perspectiva de uma educação ao longo da vida, conforme segue:

> A educação ao longo da vida implica repensar o conteúdo que reflita certos fatores, como idade, igualdade entre os sexos, necessidades especiais, idioma, cultura e disparidades econômicas. Engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas adultas pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade.

Acontecimentos econômicos e políticos claramente definidos pelas condições de desenvolvimento e industrialização do País enquanto marcas capitais, cujos intentos versavam pela urgência de recursos humanos via instrução e consequente utilização da população ativa em diversificados tempos e espaços orientados ao trabalho e à produção (PAIVA: 2015), forjaram circunstâncias em vistas à legitimidade e institucionalização da educação de jovens e adultos como modalidade de ensino da educação básica.

Referência normativa em vigência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, integra organicamente ao ensino básico comum, a educação de jovens e adultos como modalidade de ensino, estabelecendo em seu Artigo 37 (BRASIL: 1996), sua oferta pública gratuita a todas as pessoas que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos no ensino fundamental e/ou no ensino médio nas respectivas faixas etárias consideradas próprias, regulares, assim estabelecidas.

Em períodos subsequentes, emergem quadros abrangentes de deliberações e decorrentes princípios específicos regimentados em documentos, leis, projetos e suas

extensões, resultantes dos cenários e contextos locais, no que tange à disposição de estados e municípios em face da educação escolar requerida como direito de todas as pessoas em suas diferenças e especificidades, como àquelas destinadas a jovens e adultos em desalinho a processos regulares de ensino e aprendizado. (HADDAD, DI PIERRO: 2000; MACHADO: 2016).

Institucionalidades (re)dimensionadas por tentativas de transformações e adequações de relações explicitadas em outros contextos, períodos e suas particularidades, em vistas a tentativas de reconhecimento de demandas de ordem coletiva e ao mesmo tempo singulares, tangenciadas pela certificação escolar como razão essencial à vida (produtiva) em sociedade, bem como à consolidação e ao exercício da cidadania – encadeamentos e articulações que configuram suas bases, como afirma Paiva (2015: 207) ao esquadrinhar processos constitutivos da educação popular e da educação de adultos:

> Por isso, a educação dos adultos convertera-se num requisito indispensável para uma melhor organização e reorganização social com sentido democrático e num recurso social da maior importância, para desenvolver entre as populações adultas marginalizadas o sentido de ajustamento social.

Desse modo, é possível apreender que a orientação de diferentes agendas de escolarização direcionadas a pessoas jovens e adultas em condições de descompassos relacionados a níveis de escolaridade – concentra sob uma perspectiva que implica no processo educativo-escolar como um todo, um conjunto histórico de ações resolutivas de desigualdades individuais e sobretudo sociais, cujas bases articulam interesses econômicos, especialmente pela manutenção e aprimoramento de dispositivos institucionais, designados ou traduzidos como pedagógicos, mas que em si mesmos extrapolam funções e finalidades da escola, bem como seus espaços.

Diante disto, os determinantes regulatórios que atravessam o intrínseco e necessário pertencimento de sujeitos jovens e adultos em tais condições de inclusão/exclusão a processos de escolarização regular e progressiva, conjugam condições de marginalização e desprestígio a esta modalidade de ensino assim configurada, que por sua vez, demanda um misto de estratégias e mecanismos de seletividade e controle institucionais, suporte de seus mencionados processos.

Na medida em que esta modalidade de ensino circunda e envolve processos intersubjetivos, em verdade, os elementos que efetivamente caracterizam suas práticas e

discursos, extrapolam não apenas os espaços da escola em seus propósitos, atribuições e práticas como já ressaltado, ultrapassam ainda todas as relações e intentos que marcaram e ainda persistem atrelados a dispositivos e suas pretensões e garantias educacionais que em suma, não abarcam sentidos e complexidades tamanhas.

O Censo Escolar de 2018 (INEP: 2019), indicou 3,5 milhões de matrículas na educação de jovens e adultos no País; 1,5% a menos que o ano de 2017. Em âmbito regional, considerando a redução de 4.621 matrículas em referência ao ano anterior (2017), Mato Grosso do Sul registrou 25.114 matrículas nesta modalidade em 2018, distribuídas em nível de ensino fundamental e, majoritariamente, em nível de ensino médio, nas 111 escolas que ofertaram escolarização a pessoas jovens e adultas no ano de 2018, mantidas pela Rede Estadual de Ensino (REE/MS). (MATO GROSSO DO SUL: 2018).

Subsídios quantitativos que, por mais elementares que sejam na pertinência e indução de políticas educacionais em face de jovens e adultos em condições particularizadas de ausência ou inconstância no que tange a processos de escolarização, ou mesmo já inseridos nestas diversificadas estratégias em busca de certificações de níveis da educação básica (fundamental e médio) – escamoteiam condições, histórias, trajetórias, limites e possibilidades reais de tais acessos, permanência e conclusão (ou não), a tais estratégias como possibilidade de resistência e enfrentamento, seja de cunho econômico, social e cultural.

São elementos delineados com base em dados quantitativos que dimensionam estratos da realidade – mecanismos interpostos pela biopolítica em face da explicitação de problemas e acontecimentos atinentes à população, como via de ações empreendidas não necessariamente como garantias. Neste ínterim, a existência de sujeitos, decorrentes situações e respectivas conjunturas que contrariam a previsibilidade de diretrizes curriculares e pedagógicas de um projeto educativo-escolar que se almeja regular, linear e sequencial, corresponde a um desafio de instâncias governamentais que forjam a constituição de políticas e programas educacionais compensatórios, como persistem fadadas as práticas da educação escolar de jovens e adultos.

Instituições nas quais são operacionalizadas estratégias que tanto quanto regularizar, visam controlar e ajustar disposições e comportamentos como um todo, mecanismos aplicados na ordem dos corpos, disposições e comportamentos pela

disciplinarização, e concomitantemente ao conjunto da sociedade enquanto tentativa ininterrupta de ordenamento, desencadeando na operatividade de políticas corretivas e regulamentadoras, na medida em que, "Os lugares de exclusão vão sendo redistribuídos e aperfeiçoados, tendo todos um propósito comum, a guarda, a partir de critérios de anomalias sociais [...]". (OSÓRIO, 2007: 310).

Operatividades e respectivos princípios que em suas características, significados e efeitos outros, inevitavelmente ultrapassam os espaços, tempos, condições e termos delineados como assertivos e de amplas garantias, bem como decorrentes discursos, propósitos e fronteiras da instituição escolar como ambiente historicamente edificado, constituído e reservado a diferentes arranjos em vistas à (re)produção de conhecimentos, cujos fins podem corroborar outros interesses como via da escolarização de pessoas jovens e adultas em circunstâncias distintas.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: INTERLOCUÇÕES PELA BIOPOLÍTICA

O campo da educação perscrutado em suas práticas aprioristicamente de cunho educativo-formativo, como espaço e tempo propícios e desse modo, destinados ao ensino, aprendizado, legitimação e reprodução de conhecimentos e valores historicamente instituídos como verdades, baliza outras materialidades e relações quando problematizado sob um conjunto estratégico de dispositivos institucionais, recolocados como pedagógicos.

Analíticas que vislumbram interveniências operacionalizadas em vistas à constituição dos sujeitos – escopo do arcabouço foucaultiano sobretudo em sua fase genealógica – alinhavadas no campo das prerrogativas constitucionais enquanto direito, neste caso, à escolarização, mas que redimensionadas por realidades e processos distintos, são responsáveis por legitimar ainda neste espaço institucional, engrenagens de técnicas e mecanismos específicos, os quais versam pelas tentativas de normalização e regulamentação de sujeitos e grupos categorizados em suas demandas, aglutinados pelas tentativas de equilíbrio e de otimização da vida.

> Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com

> essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a população enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de "fazer viver". A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer. (FOUCAULT, 2010c: 207 – grifos do autor).

Desta apreensão, é possível vislumbrar a escola como referência imediata que conduz à proteção dos corpos contra possíveis perigos e injustiças sociais, *lócus* historicamente constituído sobre reconhecidos pilares de condicionantes individuais, sociais e portanto, políticos, para fins de instrução e reprodução de conhecimentos e competências – configurada institucionalmente como espaço circunscrito por determinados propósitos, interesses e práticas, sendo estas respaldadas por regulamentações técnico-pedagógicas e toda ordem de dispositivos.

Entendimentos assimilados como engrenagens racionais de ortopedias políticas e neste caso, pedagógicas, sobretudo quando arranjadas nos pressupostos que forjam os discursos e as práticas da modalidade. Estratégias de escolarização que legitimam e reproduzem – sob a complexidade de processos de inclusão/exclusão – distorções sociais e individuais efetivamente apropriadas pela biopolítica como suporte que ajusta e designa o jogo operativo de suas ações.

Dinâmica singular de estatização e regulamentação da vida, donde são organizados e ininterruptamente ajustados determinados poderes e saberes em vistas à gestão de problemas de ordem coletiva e suas relações possíveis, "A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...]." (FOUCAULT, 2010c: 206-207).

Construto analítico que rompe e também engendra outros olhares sobre saberes e práticas do campo educativo, abarcando, neste caso, operacionalidades que envolvem e caracterizam a escolarização de pessoas jovens e adultas, Ziliani (2013: 45) afirma que:

> Pensar a escolarização como dispositivo, implica conceber uma rede que se estabelece frente a elementos heterogêneos que envolvem os discursos, o espaço-tempo escolar, o currículo, os procedimentos administrativos e outros, como leis, regras, instituições, etc.

Vislumbramos a educação em sentido amplo, portanto, como aparato extensivo em permanente modificação e aprimoramento, forjado por fazeres, saberes e poderes

dados em rede por determinados interesses e propósitos, configurados em atribuições e lógicas requeridas pelo corpo social em seus processos e transitoriedades – são contornos que esboçam suas funcionalidades e dinâmicas como ordenamentos do biopoder.

Práticas constituídas em espaços orientados ao atendimento e assistência de demandas sociais que extrapolam os processos de escolarização como disposições de normativas vigentes, na medida em que implicam tecnologias de poder em detrimento dos sujeitos que atendem e resguardam sob diferentes formatos e intencionalidades, dispondo de mecanismos de seleção e classificação em face de problemas transitórios diversificados, estabelecendo ajustes por intermédio de mecanismos regulamentadores. (FOUCAULT: 2010c).

Configurações estabelecidas em vistas a propósitos e interesses unilaterais que delineiam a materialidade de normas e dispositivos pedagógicos, características que conformam a instituição em seus diferentes cenários, premissas e finalidades, como "[...] espaço de disposição, arranjo, formação, instrução, educação do corpo e da mente; marcada por princípios, métodos, sistemas e doutrinas." (OSÓRIO: 2010, 101).

Artefato institucional como outros em suas respectivas finalidades, domínios, sistemas e doutrinas, as características da escola como instituição de ensino em seus reais pressupostos que versam sobre regulamentações de toda ordem atravessam atribuições e responsabilidades historicamente adquiridas pelo estado em face do agrupamento heterogêneo de indivíduos, suas necessidades e demandas sempre urgentes, conforme Gallo (2017: 14 – grifos do autor):

> Uma vez cidadãos, eles podem ser governados, ter suas condutas conduzidas segundo os mesmos preceitos gerais, reafirmando e valorizando a soberania nacional. Em outras palavras, escola é apresentada como instrumento da inclusão, da afirmação do *dentro* do sistema governamentalizado. E, na medida em que se procura abarcar toda a diversidade de culturas e grupos sociais brasileiros, nada resta *fora* do governo democrático das condutas.

Como interlocuções possíveis da biopolítica, a educação de jovens e adultos corrobora estratégias de seletividade, controle, enquadramento e correção individual e social, tendo em vistas estimativas e planejamentos atinentes às necessidades produtivas que decorrem de uma sociedade devidamente instruída, localizada por discursos e práticas que se adequam e jogam em interface a um campo de expectativas,

perspectivas, idealidades, materialidades e subjetividades dos sujeitos que recorrem à mencionada modalidade, por diferentes fatores.

Sujeitos tais, (re)conduzidos a programas e projetos aqui perscrutados como estratégias de escolarização, unilateralmente pensados e elaborados, decorrendo em diversificadas denominações, identificações, vínculos políticos, estruturas e formatos, seja sob a perspectiva de uma educação integral e abrangente ao longo da vida, ou de processos de alfabetização e letramento orientados às possibilidades de empregabilidade e renda dos sujeitos que por ela transitam. Neste ínterim, ressaltamos em Foucault (2010b: 185) que "O indivíduo, com suas características, sua identidade, em sua referência a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças.".

Nesta biopolítica sob o enfoque dos referenciais foucaultianos dispostos na genealogia, entendida pela conformação de mecanismos recorrentemente aprimorados de estatizações pelas formas reguladoras de intervenção na vida dos sujeitos, alinham-se diferentes tecnologias de reconhecimento e condução de suas respectivas diferenças em uma pretensa totalidade forjada por estatísticas e previsões globais, sendo a educação de jovens e adultos em seus limites e particularidades, apenas e tão somente uma das multifacetadas interveniências deste jogo.

> As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces – anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida – caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo. (FOUCAULT, 2013: 152).

Redes de procedimentos, estratégias e respectivas intervenções dadas em face da sujeição dos corpos e controle dos grupos como estratégias complexas, ausentes de definições e limites, mas que compõem o biopoder – intencionalidades efetivas que ordenam, sistematizam e orientam possibilidades de mediações a problemas e situações de ordens coletiva e individual, não necessariamente vislumbradas como mera finalidade desses arranjos, mas como elementos determinantes para uma ampla gestão, calculada em minuciosos detalhes e refletida na (pretendida) positividade de seus efeitos e repercussões.

Imperativos suscitados em detrimento de sujeitos caracterizados, classificados e ordenados em suas distinções, potencialidades, atributos, anormalidades, distribuídos e organizados em grupos, setores, conjuntos, filas e demais ordenamentos nos diferentes espaços e tempos sempre oportunos, repartições e suas funcionalidades, ancoradas sob a perspectiva do aumento da eficácia e da produtividade, independentemente de suas finalidades e interesses, sempre atravessados por relações de poderes e de saberes.

Não há possibilidades de dissociações – a educação problematizada em seus espaços, discursividades e operatividades, fronteiras e influências políticas e sociais, delimitações, códigos e interesses, vislumbrados no conjunto de suas práticas exercidas cotidianamente no campo da escolarização de jovens e adultos, está configurada como *lócus* privilegiado, engrenagem que movimenta e inova poderes e saberes pela regulamentação da vida.

À GUISA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos a pesquisa em educação como atividade ininterrupta e processual de produção de conhecimento, suscetível a diferentes e múltiplas possibilidades e cenários, cuja disposição está contínua e dinamicamente forjada pela relevância de inquietações, viabilidade de contradições, diferentes olhares e conflitos em face de realidades, sujeitos, práticas e relações, apreendidas em seus contextos e especificidades como base para interlocuções e problematizações, sempre redimensionadas pelas modificações e transformações sociais.

Exercícios potencializados, sobretudo quando subsidiados por ferramentas investigativas e analíticas as quais abarcam leituras e apreensões que tencionam, contestam e refutam verdades e linearidades postas, e desse modo oferecem bases resistentes para buscar, aproximar e explicitar outras verdades. Rupturas que carecem de análises de conjunturas, de considerar e validar o contraditório, realocando ainda, perspectivas e concepções que carecem de transgressões, seja por ações efetivas e pela própria pesquisa enquanto parte destas.

Diante disto, enfatizamos esforços deste artigo pelas aproximações suscitadas, de propiciar irrupções de entendimentos restritos e por vezes desconexos de realidades complexas e contraditórias, como denota a existência multifacetada de políticas,

discursos e práticas efetivas que tangenciam noções e domínios da biopolítica como mecanismos de poderes e saberes em função da vida, conjecturando a educação de jovens e adultos como modalidade de ensino mas sobretudo, como estratégias efetivas de correção social e individual, nestes agenciamentos ininterruptos.

Entendemos que esta modalidade de ensino transita por campos de saberes e de poderes que por sua vez envolvem individualidades e coletividades como vias de regulamentações de toda ordem e em todos os âmbitos da vida dos sujeitos, examinados, classificados e constitutivos de descompassos que ultrapassam os respectivos processos de escolarização, dos quais se distanciaram e/ou pretendem retornar. Operacionalidades que ocorrem, são cotidianamente produzidas e reproduzidas, principalmente em face de intencionalidades e propósitos historicamente legitimados e documentados no bojo da correção de níveis de escolaridade, categorizadas como irregulares ou desajustadas.

Processos que caracterizam e oportunizam vazão a modos singulares de agenciamento da vida, como enfatizado, pela intermediação efetiva de mecanismos e tecnologias de poder que sobrepõem ou mesmo extrapolam fronteiras e decorrentes propósitos de processos pedagógicos – campo propício a outras tantas relações e interlocuções em respectivas explicitações, arranjo factual destes jogos em seus processos e embates ininterruptos, que não se esgotam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. LEI FEDERAL Nº 9.394, 1996. "Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional". *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF.
CASTRO, Edgardo. (2016). *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. 2. ed. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte, Autêntica Editora.
FOUCAULT, Michel. (2014a). *A ordem do discurso*. 24ª ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo, Edições Loyola.
FOUCAULT, Michel. (2014b). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42ª ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes.
FOUCAULT, Michel. (2013). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 23ª ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albiquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal.
FOUCAULT, Michel. (2010a). "O cuidado com a verdade: 1984". In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política*. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 240-251.

FOUCAULT, Michel. (2010b). “Perguntas a Michel Foucault sobre geografia”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Estratégia, poder-saber*. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 175-188. (Ditos e escritos IV).
FOUCAULT, Michel. (2010c). *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*. 2ª ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins Fontes.
GALLO, Silvio. (2017). *Políticas da diferença e políticas públicas em educação no Brasil*. Educação e Filosofia, v. 31, n. 63, p. 1-19, 2017. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/36722/21735. Acesso em: abr. 2018.
OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. (2010). “As instituições: discursos, significados e significantes, buscando subsídios teóricos e metodológicos”. In: OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento (Org.). *Diálogos em Foucault.* Campo Grande, Editora Oeste, p. 95-133.
OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento (2007). *Estranho medo da inclusão*. Educação, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 301-318, jul./dez. 2007. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/674/484. Acesso em: 20 ago. 2016.
HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. (2000). *Escolarização de jovens e adultos.* Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro/RJ, n. 14, p. 108-194. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07>. Acesso em: abr. 2018.
INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo escolar 2018: notas estatísticas*. (2019). Brasília/DF, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf. Acesso em 20 fev. 2019.
MACHADO, Maria Margarida. (2016). *A educação de jovens e adultos: após 20 anos da Lei nº 9.394, de 1996*. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 19, p. 429-451. Disponível em: http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile-/687/706. Acesso em: 30 jan. 2018.
MATO GROSSO DO SUL. (2018). Secretaria de Estado de Educação. *Projetos e programas: censo escolar 2018.* Campo Grande/MS. Disponível em: http://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/67/2018/06/PROGRAMAS-E-PROJETOS-2018.pdf. Acesso em: nov. 2018.
PAIVA, Vanilda. (2015). *História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. 7 ed. São Paulo, Edições Loyola.
RIBEIRO, Vera Masagão. (2014). “Referências internacionais sobre avaliação da educação de jovens e adultos.” In: CATELLI JR, Roberto; HADDAD, Sérgio; RIBEIRO, Vera Masagão. (Orgs.). *A eja em xeque: desafios das políticas de educação de jovens e adultos no século XXI*. São Paulo, Global.
UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (1999). “Conferência internacional de educação de adultos”. *Declaração de Hamburgo, agenda para o Futuro*. Brasília, SESI/UNESCO.
ZILIANI, Rosemeire de Lourdes Monteiro. (2013). “(Re)pensando saberes e fazeres: contribuições dos estudos foucaultianos para a educação.” In: OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento (Org.). *Poderes e saberes: corpus em educação*. Campo Grande, Editora Oeste, p. 39-52.